

c) Notificação pessoal;

d) Aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* informando da afixação em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública e da disponibilização na sua página eletrónica.

17 — A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos elementos do método de seleção Avaliação Curricular.

18 — Critério de desempate:

18.1 — Em caso de igualdade de valoração os critérios de desempate a adotar são os constantes do n.º 1 do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

18.1.1 — Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º da referida Portaria e nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, neste procedimento concursal o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal.

18.1.2 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efetuada, de forma decrescente, tendo por preferência pelo candidato de maior idade.

18.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e dos excluídos no decurso da aplicação do método de seleção Avaliação Curricular é notificada, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01.

18.3 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após a homologação pela Diretora do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santa Iria, é disponibilizada no *site* da Internet deste Agrupamento <http://aepsi.ccems.pt>, bem como em edital afixado na respetiva instalação.

19 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação.»

20 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar.

21 — Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o presente aviso é publicitado: na 2.ª série do *Diário da República*, por publicação integral; na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República*, 2.ª série, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional e na página eletrónica deste Agrupamento, em <http://aepsi.ccems.pt/>, a partir da data da publicação no *Diário da República*.

27 de agosto de 2015. — A Diretora, *Teresa do Carmo Carriço*.
208906586

Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém

Declaração de retificação n.º 761/2015

Eu, *Manuel Botelho Mourão*, Diretor do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, declaro para efeitos de retificação do Aviso (extrato) n.º 9602/2015, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 166 de 26/08/2015, que em vez de ler-se dois (2) postos de trabalho deverá ler-se um (1) posto de trabalho.

Esta retificação reporta os seus efeitos à data de produção de efeitos do ato retificado.

26 de agosto de 2015. — O Diretor, *Manuel Botelho Mourão*.
208905476

Agrupamento de Escolas de Vendas Novas

Declaração de retificação n.º 762/2015

Por ter sido publicado, o Aviso n.º 9498/2015, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 25 de agosto de 2015, com inexatidão, retifica-se: No primeiro parágrafo onde se lê:

«Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de quatro (4) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial, ao abrigo da alínea e) do artigo 57.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, com período definido até

ao dia 12 de junho de 2015, para a execução de serviços de limpeza, acompanhamento de alunos e apoio geral, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso.»

deve ler-se:

«Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de quatro (4) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial, ao abrigo da alínea e) do artigo 57.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com período definido até ao dia 9 de junho de 2016, para a execução de serviços de limpeza, acompanhamento de alunos e apoio geral, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso.»

26/08/2015. — A Diretora, *Olga Maria Vargas da Fonseca Duarte*.
208904066

Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.

Despacho n.º 10027/2015

Nos termos e ao abrigo do previsto no artigo 3.º dos Estatutos do IGeFE, I. P., aprovados pela Portaria 255/2015, de 20 de agosto, e no n.º 9 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), aprovado pela Lei 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei 68/2013, de 29 de agosto, o Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P., deliberou nomear, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem conforme previsto no artigo 31.º do EPD, na redação conferida pela Lei 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei 68/2013, de 29 de agosto, os seguintes dirigentes, com efeitos a 21 de agosto, de 2015, cujos currículos académicos e profissionais, que se anexam ao presente despacho, evidenciam os perfis adequados e demonstrativo de aptidão e da experiência profissional necessárias para o desempenho dos cargos em que são investidos:

- A Licenciada Ana Maria Velho Folgado Gaspar, Diretora do Departamento de Planeamento e Coordenação Orçamental;
- A Licenciada Maria Clara Petra Viana de Campos Mendes, Diretora do Departamento de Organização e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário;
- O Licenciado Nuno Fernando de Vasconcelos Figueiredo Tavares, Diretor do Departamento do Orçamento do Ensino Superior e da Ciência;
- O Mestre António Joaquim Salgado dos Santos Costa Ferreira, Diretor do Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação;
- A Mestre Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão, Diretora do Departamento de Administração Geral e Contratação Pública;
- A Mestre Maria de Lourdes Gomes Ribeiro Curto, Diretora do Departamento de Gestão e de Recursos Humanos.

21 de agosto de 2015. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, *José Manuel de Matos Passos*.

Nota curricular

I. Dados Pessoais

Nome: Ana Maria Velho Folgado Gaspar

II. Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1978).

III. Formação específica supletiva

Curso Avançado de Gestão Pública — FORGEP (2012).

IV. Formação profissional complementar

Frequência de vários cursos, seminários e outras ações de formação nas áreas Financeira, Planeamento, Gestão e Administração Pública, nomeadamente, o Curso de Especialização em Gestão e Melhoria de Processos (2008).

V. Percurso e experiência profissional

Diretora de Serviços do Orçamento e Conta da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do MEC (desde 2012).

Diretora de Serviços do Orçamento da Administração Central do Gabinete de Gestão Financeira do ME (2004-2012).

Diretora de Serviços do Orçamento de Funcionamento do ME do Gabinete de Gestão Financeira do ME (1997-2004).

Coordenadora do Núcleo de Preparação, Acompanhamento e Controlo do Orçamento do ME do Departamento de Programação e Gestão Financeira do ME (1993-1997).

Chefe de Divisão do Quadro Único do Pessoal dos Organismos Centrais e Regionais do ME a exercer funções no Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação (1989-1993).

Coordenadora da Divisão do Orçamento e de Estudos do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação (1986-1989).

Assessora principal da carreira de técnico superior do quadro único do Ministério da Educação, a partir de 1 de abril de 2008.

Professora do Quadro de Nomeação Definitiva requisitada pela Direção de Serviços de Finanças da Direção Geral de Pessoal do Ministério da Educação (1983) e em comissão de serviço nos Organismos Centrais do ME, a partir de 1989.

Professora do Quadro de Nomeação Definitiva, pertencente ao Quadro da Escola Secundária de S. João do Estoril (1983-2008).

Professora Provisória do Ensino Básico e Secundário (1976-1983).

VI. Outras funções profissionais

Designada a pertencer ao Secretariado Executivo da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Auditoria do Orçamento do ME, criada na dependência do Secretário de Estado Adjunto do ME, com o objetivo de proceder, regular e sistematicamente, à coordenação e acompanhamento da execução financeira do Orçamento do ME (1990).

Representante do GGF na Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, com o objetivo de encontrar os mecanismos mais adequados para o financiamento da Estratégia Nacional para o Mar (ENM), nomeadamente do projeto “*Inclusão do Tema Mar na Área de Projeto e em Recursos Educativos dos Ensinos Básico e Secundário*” (2008).

Presidente de júris de concursos internos e externos, Orientadora de Estágios de ingresso na carreira técnica superior, Tutora de Estágios Profissionais no âmbito do PEPAC.

Nota Curricular

I. Dados Pessoais:

Nome: Maria Clara Petra Viana de Campos Mendes

II. Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), concluída em 1978, com a classificação final de 14 valores.

III. Formação específica supletiva

Curso Avançado de Gestão Pública para dirigentes — CAGEP — concluído em março 2007, no INA, com classificação final de 16,1 valores (prova individual — 17 valores; trabalho de grupo — 15,3 valores)

IV. Formação profissional complementar

Frequência de vários cursos, seminários e outras ações de formação nas áreas Financeira,

Planeamento, Gestão, Administração Pública e ainda o Estágio Pedagógico no 4.º grupo do Ensino Preparatório, concluído em 1980, na Escola Preparatória da Parede, com 14,2 valores.

V. Percurso e experiência profissional

Diretora de Serviços do Orçamento das Escolas do Ensino Básico e Secundário da Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência (desde 1 de fevereiro de 2008 até à atualidade).

Assessora Principal do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação (de julho 2007 a fevereiro 2008; de outubro 2003 a julho 2004; de janeiro a abril de 2003).

Administradora dos Serviços de Administração e Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa (agosto 2004-julho 2007).

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Ciência e do Ensino Superior (abril 2003 — outubro 2003).

Diretora Adjunta do Gabinete de Gestão Financeira da Ciência e do Ensino Superior (dezembro 2002 — janeiro 2003).

Adjunta do Gabinete do Ministro da Ciência e do Ensino Superior (abril 2002-novembro 2002).

Adjunta do Gabinete do Ministro da Educação (julho 2001-março 2002).

Assessora do Gabinete do Ministro da Educação (setembro 2000 — julho 2001).

Assessora do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Educativa (outubro 1999 — setembro 2000).

Adjunta do Gabinete do Ministro da Educação (fevereiro 1996 — outubro 1999).

Diretora de Serviços Administrativos no Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB/UNL) (março 1991 — fevereiro 1996).

Chefe de Divisão de Instalações, Equipamentos e Recursos Financeiros da Direção-Geral do Ensino Superior (abril 1987 — março 1991).

Assessora-Chefe, equiparada a Diretora de Serviços, do Grupo Coordenador de Projetos de Cooperação com o BIRD/Banco Mundial (dezembro de 1985 — abril 1987).

Coordenadora do Serviço de Planeamento e Estatística da Direção de Serviços do Ensino Primário; Coordenadora do Serviço de Ação Pedagógica; Técnica Especialista da área de Matemática no Setor de Programas deste serviço — Direção Geral do Ensino Básico (outubro 1980 — dezembro 1985)

Professora provisória, profissionalizada e efetiva em várias escolas do ensino básico e secundário das disciplinas de Ciências da Natureza e Matemática (janeiro 1976 — outubro 1980)

Monitora da disciplina de Economia Política, na Faculdade de Direito de Lisboa (1.º trimestre do ano letivo 1975/76)

VI. Outras funções profissionais:

Representante do Gabinete de Gestão Financeira na Comissão Coordenadora Permanente do Programa TEIP2 prevista no âmbito do Despacho Normativo 55/2008, de 23 de outubro (despacho de nomeação do Diretor Geral de 19 de dezembro de 2008).

Vogal da Comissão Instaladora do Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB/UNL) (março 1991-fevereiro 1996).

Coordenadora do Núcleo de Modernização Administrativa do Ministério da Educação (fevereiro 1996 — outubro 1999).

Nota Curricular

I. Dados Pessoais

Nome: Nuno Fernando de Vasconcelos Figueiredo Tavares

II. Habilitações académicas

Licenciatura em Gestão e Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

III. Formação profissional complementar

Formação nas áreas de gestão orçamental pública, direito administrativo, regime jurídico da realização de despesas públicas e da contratação pública, regime jurídico do contrato de trabalho em funções públicas, SIADAP, Informática, bem como participação em Seminários e Congressos em matérias relacionadas com a administração pública.

IV. Percurso e experiência profissional

Diretor de Serviços do Orçamento do Ensino Superior e da Ciência da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência, desde dezembro de 2013, tendo como principais atribuições e responsabilidades: (i) colaborar na preparação dos projetos de orçamento e subsequente acompanhamento da execução financeira dos serviços e organismos do MEC, para as áreas do ensino superior e da ciência; (ii) desenvolver e coordenar as ações necessárias ao exercício das competências da DGPGF, como Entidade Coordenadora do Programa Orçamental da Ciência e Ensino Superior.

Diretor de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação no GPEARI do Ministério das Finanças e da Administração Pública, nos períodos compreendidos entre agosto de 2010 e setembro de 2011 e entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009, tendo como principais atribuições e responsabilidades: (i) a coordenação da área financeira e de recursos humanos do GPEARI; (ii) acompanhamento da fase inicial de implementação do GerFIP/RIGORE, em colaboração com a GerRAP; (iii) coordenação dos procedimentos de aquisição de bens e serviços; (iv) colaboração nos planos e relatórios de atividades; (v) apoio à direção no âmbito da aplicação do SIADAP 2 e 3.

Responsável pelo Serviço de Aprovisionamento da Sub-Região de Saúde de Lisboa — Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, no período compreendido entre dezembro de 2005 e abril de 2007, tendo como principais atribuições e responsabilidades: (i) coordenação dos procedimentos de aquisição de bens e serviços dos serviços centrais da Sub-Região de Saúde e dos Centros de Saúde,

participando em júris e comissões de avaliação dos procedimentos concursais; (ii) elaboração do Plano e Relatório de Atividades do respetivo sector.

Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial no Instituto do Desporto de Portugal no período compreendido entre setembro e dezembro de 2005.

Técnico Superior desde fevereiro de 2000, tendo exercido funções em diversos organismos da administração central, designadamente, Instituto do Desporto de Portugal, Sub-Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, GPEARI do ex-MCTES, GPEARI do Ministério das Finanças e na Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do MEC, em áreas como: gestão de recursos humanos; apoio à implementação do SIADAP 2 e 3; gestão financeira; preparação dos orçamentos dos serviços; contratação pública; acompanhamento do programa orçamental da Ciência e Ensino Superior, designadamente ao nível da análise da execução orçamental, apuramento dos fundos disponíveis, análise do reporte mensal da projeção da receita e despesa, emissão de pareceres sobre os pedidos de integração de saldos, descativações, bem como outras alterações orçamentais; emissão de pareceres prévios sobre a inscrição ou reinscrição de projetos de investimento; elaboração de análises financeiras para apoio à decisão.

Nota curricular

I. Dados Pessoais

Nome: António Joaquim Salgado dos Santos Costa Ferreira

II. Habilitações Académicas

Doutorando em Administração Pública no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Mestrado em Administração Pública, especialização em Administração da Educação pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Pós-graduação em Sistemas de Informação pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Frequência da Licenciatura em Engenharia Informática no Instituto Superior de Informática e Gestão.

Licenciatura em Geologia Aplicada e do Ambiente pela Faculdade de Ciências da Universidade Clássica de Lisboa.

III. Formação específica supletiva

Curso CADAP — Curso de Alta Direção em Administração Pública, no Instituto Nacional de Administração Pública, I. P.

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, no Instituto Nacional de Administração Pública, I. P.

IV. Formação profissional complementar

Curso de Administração de Gestão Documental *SmartDocs V3* na Fujitsu Portugal; Curso de Administração de Base de Dados Oracle no Instituto Nacional de Administração Pública, I. P.; Curso de Comunicação e Redes: Configuração e Interligação de Equipamentos Cisco, no Instituto Nacional de Administração Pública, I. P.; Formador certificado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (Certificado n.º EDF 485149/2008 DL); Diploma de Especialização em Auditorias a Processos e Sistemas de Informação, no Instituto Nacional de Administração Pública, I. P.; Curso de Operação de Computadores AIX no Instituto de Informática do Ministério das Finanças; Curso de Base de Dados — Administração Oracle para a RAPE, no Instituto de Informática do Ministério das Finanças; Curso Oracle *BPA Suite: Model and Implement Business Processes* na Oracle University;

Participação em numerosas ações de formação profissional, cursos, seminários, conferências, quer nas áreas de infraestruturas, comunicação, segurança, planeamento, estratégia e implementação de sistemas de informação, quer nas áreas de desenvolvimento aplicacional.

V. Percorso e experiência profissional

Desde 2012: Diretor de Serviços da DSSTI — Direção de Serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação, na DGPGF — Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira. De 2004 a 2012: Diretor de Serviços da DSSI — Direção de Serviços de Sistemas de Informação do GGF — Gabinete de Gestão Financeira. De 1997 a 2004: Chefe de Divisão da DAI — Divisão de Apoio Informático no GEF — Gabinete de Gestão Financeira. De 1991 a 1997: Professor do Quadro de Nomeação Definitiva do Ensino Secundário, requisitado em funções técnico-pedagógicas no GGF — Gabinete de Gestão Financeira, responsável pelo setor de informática.

Gestor de Projeto do projeto de Gestão Documental “SmartMEC”, de âmbito transversal ao MEC; Integra a equipa de projeto do Projeto de Centralização do Processamento de Vencimentos dos RH do MEC; Integrou a equipa de Projeto BIMEC para a implementação de uma Solução de *Business Intelligence* para apoio à decisão no Ministério da Educação e Ciência com o software Oracle BI *Enterprise Edition* ver. 11; Coordenação da reestruturação da infraestrutura informática para a nova Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira, por fusão do GGF com o GPEARI; Responsável pela gestão e administração da informática dos diferentes Serviços de Gestão Financeira do Ministério da Educação (GEF, GGF, DGPGF), onde realizou e coordenou diversos estudos e atividades, salientando-se a análise, conceção e implementação de soluções informáticas específicas para as diferentes unidades orgânicas; Responsável pela coordenação e implementação do projeto SIC/RAFE — Sistema Informação Contabilístico integrado do Ministério da Educação, em produção de 2003 a 2013; Participação em grupos de trabalho e comissões, nomeadamente: Grupo de trabalho “Interoperabilidade” da Rede Interministerial TIC, Equipa de Plano Tecnológico da Educação “PTE Internet”, Grupo de trabalho para a Integração da Informação do Sistema Educativo do ME por Despacho Interno do Ministro da Educação (16/ME/2001), Interlocutor do GGF para o INFOCID, “A loja virtual do cidadão” — Portal do Cidadão, entre outros.

Orientador de Estágio de ingresso na carreira de Técnico Superior de Informática e de ingresso na carreira de Operador de Sistemas de 2.ª classe do quadro único do Ministério da Educação; nomeado Presidente e/ou Vogal efetivo de diversos procedimentos concursais, nomeadamente: Procedimento de Aquisição de Serviço de Comunicações de Voz e acesso à Internet; Procedimento de Aquisição de Serviço de Dados — acesso à Internet e conectividade para as Escolas Públicas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, das Escolas Secundárias e dos Organismos Centrais Regionais e Tutelados do Ministério da Educação; Concurso interno de ingresso para recrutamento de Especialista de Informática, grau 1, nível 2 da carreira de Especialista de Informática; Concurso externo para Assessor de Informática da carreira Técnica Superior de Informática do ME, entre outros.

VI. Outras Atividades

No âmbito da Geologia/Geotecnia e Informática, colaborou e realizou diversos estudos na empresa PROFABRIL, salientando-se: Cadernos de encargos e programas de prospeção geotécnica para diversos projetos rodoviários e ferroviários; estudos geológicos e geotécnicos para apoio aos projetos base e posteriores projetos de execução rodoviários e ferroviários; Comparação e avaliação de propostas para o programa de prospeção geotécnica complementar a executar no porto de Mina Sulman, Bahrain; Estimativa de custos e comparação de propostas para o programa de prospeção geotécnica a executar nos terrenos interessados pela implantação da fábrica da FORD em Palmela; Desenvolvimento em conjunto com o Departamento de Informática da empresa, de programas específicos para tratamento de dados obtidos em ensaios laboratoriais realizados nos estudos geotécnicos; Elaboração do projeto de ampliação e informatização do laboratório de geotecnia da PROFABRIL, no âmbito do PEDIP.

VII. Louvores

Serviço Militar cumprido na Escola Prática de Artilharia em Vendas Novas de 14.03.1983 a 13.08.1984, Público Louvor — Ordem de Serviço n.º 148/84.

Nota curricular

I. Dados Pessoais

Nome: Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão

II. Habilitações Académicas

Mestranda em Gestão, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Instituto Universitário de Lisboa.

Mestrado Executivo em Controlo de Gestão e da Performance, no INDEG/Instituto Universitário de Lisboa.

Mestrado em Administração e Políticas Públicas, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006/2008.

Curso de Defesa Nacional, no Instituto da Defesa Nacional, em 2002/2003.

Pós-graduação em Direito do Ambiente, parte letiva, no Centro de Estudos Judiciários — Centro de Estudos Ambientais e de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Clássica de Lisboa, em 1995/1996.

Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, em 03 de março de 1988.

III. Formação específica supletiva

Curso de Alta Direção em Administração Pública (CADAP), no ISCTE em 2009/2010, concluído com a classificação de 16,8 valores.

Curso “Programa de Formação em Gestão Pública” (FORGEP), no INA em 2005, concluído com a classificação de 16,8 valores.

Seminário de Alta Direção, previsto na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, de 28 de junho a 2 de julho de 2004.

IV. Formação profissional complementar

Frequentou vários cursos, seminários e outras ações de formação, nas áreas Financeira, Planeamento, Gestão, Administração Pública, quer a nível nacional quer ao nível internacional (NATO SCHOOL (SHAPE), em OBERAMMERGAU, Alemanha); o Diploma de Especialização em Gestão Financeira e Contabilidade Pública no Setor Público, 2014/2015; Diploma de Especialização em Direção Financeira (2009).

V. Percurso e experiência profissional

Diretora de Serviços de Planeamento e Avaliação da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência, desde 1 de junho de 2012.

Secretária-Geral do Ministério da Defesa Nacional de 1 de janeiro a 30 de dezembro de 2011.

Vice-Presidente da Autoridade Florestal Nacional, desde 1 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010.

Diretora de Serviços de Administração Geral, da Secretária-Geral do Ministério da Educação, de 25 de junho de 2007 a 30 de novembro de 2009.

Diretora Administrativa e Financeira da UMIC — Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP, de 1 de agosto de 2006 a 03 de agosto de 2007.

Diretora de Serviços de Programação e Normalização da Direção-Geral de Infraestruturas do Ministério da Defesa Nacional de 9 de janeiro de 2002 a 31 de julho de 2006.

Chefe de Divisão de Estudos Ambientais da Direção de Serviços de Programação e Normalização da Direção-Geral de Infraestruturas do Ministério da Defesa Nacional, de 12 de dezembro de 1995 a 8 de janeiro de 2002.

Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento do Gabinete Técnico do Secretário Regional do Turismo e Ambiente da Região Autónoma dos Açores, acumulando a coordenação da Divisão de Arquivo e Documentação do mesmo Gabinete, de setembro de 1994 a 28 de fevereiro de 1995.

Coordenadora do Gabinete Técnico do Secretário Regional do Turismo e Ambiente da Região Autónoma dos Açores, de 12 de outubro a setembro de 1994, nomeada nos termos do Despacho do Secretário Regional de 12 de outubro de 1991.

Em 9 de abril de 1990, integra o quadro de pessoal da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente da Região Autónoma dos Açores.

Professora provisória, das disciplinas Matemática de Sociologia e Direito, de janeiro de 1997 a abril de 1990.

VI. Participação em Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho

Coordenadora do Grupo de trabalho criado pelo Despacho Conjunto n.º 6399/2014, de 8 de maio de 2014, dos Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Educação e Ciência; Diretora de projeto para a implementação do GeRFiP, Gestão de Recursos Financeiros Partilhados, na Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira; Presidente da Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões das Forças Armadas (2011); Diretora de projeto para a implementação do GeRFiP, Gestão de Recursos Financeiros Partilhados, na Autoridade Florestal Nacional (2010); Participação na elaboração da Diretiva Ministerial para o Planeamento de Infraestruturas; Representante do MDN em várias Comissões e grupos de trabalho, de 1995 a 2006; Chefiou a delegação portuguesa nas conversações sobre Proteção Ambiental, no âmbito da Cooperação Bilateral com diversos países nomeadamente: Rússia, Hungria, Eslovénia, Eslováquia, Roménia, República Checa, Polónia; Representante da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, nas reuniões da Unidade de Gestão do Programa Específico de Desenvolvimento, da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA I e II), e do Programa Nacional de Interesse Comunitário (PNIC — AÇORES).

VII. Publicações

Plataforma de acesso ao processo individual dos trabalhadores do Ministério da Educação, (2011), em Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes (orgs.), *Projetos de Inovação na Gestão Pública*, Lisboa, *Mundos Sociais*.

Coautora do artigo “Ambiente, Poluição e Gestão Ambiental”, publicado no *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXXI, abril/junho de 2001, p. 259-274.

Autora de 12 guiões, para a elaboração de uma série, subordinado ao tema “Conduta Ambiental nas Forças Armadas”.

VIII. Louvores e Condecorações

Condecorada com a Medalha da Defesa Nacional de 1.ª Classe, junho de 2011.

Louvada pelo Diretor-Geral de Infraestruturas, em 16 de dezembro de 2005; em 13 de setembro de 2002; em 26 de dezembro de 2001 e em 14 de janeiro de 20.

IX. Outros Elementos

Membro dos órgãos Sociais da Fundação Escola Portuguesa de Macau, (Conselho Fiscal) nomeada pelo Despacho n.º 23056/2009 de 13 de outubro, do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, para o triénio 2009-2011.

Membro dos órgãos sociais da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2006, exercendo as funções de tesoureira.

Consultora Económica e membro do “Conselho Técnico” da Câmara do Comércio da Horta, Ilha do Faial, de outubro de 1992 a janeiro de 1995.

Nota Curricular

I. Dados Pessoais

Nome: Maria de Lourdes Gomes Ribeiro Curto

II. Habilitações académicas

Mestrado em Gestão e Administração Escolar pelo Instituto Superior de Ciências Educativas, 2014.

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia, 1987.

III. Formação específica supletiva

Curso da Alta Direção em Administração Pública — CADAP, 2007

IV. Formação profissional complementar

Frequência de vários cursos, seminários e outras ações de formação, nas áreas Financeira, Planeamento, Gestão e Administração Pública, nomeadamente o Curso de Especialização em Gestão e Melhoria de Processos (2008) e o Curso de Qualificação em Ciências da Educação, Universidade Aberta, 1996.

V. Percurso e experiência profissional

Chefe de Divisão de Dotações Comuns de Pessoal na Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência (2012-2015).

Chefe de Divisão de Dotações Comuns de Pessoal no Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação (2006-2012).

De 2003/2004, na Direção de Serviços de Sistemas de Informação do Gabinete de Gestão Financeira, é uma das responsáveis pela preparação, acompanhamento e controlo de todo o processo que envolve as autorizações de pagamento das requisições de fundos de vencimentos e funcionamento dos estabelecimentos de ensino básico e secundário, e seu lançamento no SIC (Sistema de Informação Contabilística).

De 2000 a 2004, na Divisão de Apoio Informático do Gabinete de Gestão Financeira responsável pelo desenvolvimento de diversas aplicações de índole financeira e recursos humanos e pela construção de diversas bases de dados, através do SOE (Sistema de Orçamento de Estado) e SCC (Sistema Central de Contabilidade), com toda a informação relativa ao Orçamento Global do Ministério da Educação.

De 1998 a 2000, na Direção de Serviços do Orçamento das Escolas do Gabinete de Gestão Financeira, foi responsável pelo acompanhamento e controlo do orçamento individualizado dos estabelecimentos de ensino secundário do distrito de Lisboa e das escolas profissionais públicas.

De 1987 a 1997 exerceu funções como professora do ensino básico e secundário.